



**ACÓRDÃO Nº 1146/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 11868/2018.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Hospital Pronto Socorro Dr. João Lúcio Pereira Machado
- 4- **Exercício:** 2017
- 5- **Responsável:** Edson dos Anjos Ramos (Ordenador de Despesa)
- 6- **Advogado:** Não Possui
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 6372/2019-DMP, Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Mario Manoel Coelho de Mello.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Hospital Pronto Socorro Dr. João Lúcio Pereira Machado. Exercício de 2017.

*Regularidade com ressalvas. Multa. Determinação.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea "a", item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **por maioria**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

**10.1. Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anuais do Hospital Pronto Socorro Dr. João Lúcio Pereira Machado, exercício de 2017, de responsabilidade do Sr. Edson dos Anjos Ramos, Diretor Geral, nos termos do art. 1º, II, 22, II, e 24 da Lei 2423/1996 e art. 188, § 1º, II, e 189, II, da Resolução 04/2002 – TCE/AM;

**10.2. Aplicar Multa ao Sr. Edson dos Anjos Ramos** no valor de **R\$ 2.000,00** (dois mil reais), relativamente à restrição 7 do Relatório nº 78/2019 da DICAD, não sanada, listada no corpo do Relatório/Voto, nos termos do art. 308, VII, da Resolução 04/2002-TCE/AM (atualizada pela Resolução 04/2018), que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.



**ACÓRDÃO Nº 1146/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**10.3. Determinar** à atual gestão do **Hospital Pronto Socorro Dr. João Lúcio Pereira Machado** que observe os pontos a seguir, sob pena de multa:

**10.3.1** Cumpra rigorosamente os dispositivos da Lei 8.666/93 e demais legislações pertinentes quando das futuras contratações de bens e serviços (restrição 6 e 7);

**10.3.2.** Exija o cumprimento do dever constitucional (artigos 70 e 37 da CF/88 c/c art. 39 da CE/89) referente ao exercício do Controle Interno por parte da Controladoria Geral do Estado - **CGE**, bem como forneça as ferramentas necessárias para tornar viável o exercício do Controle Interno no âmbito de suas atividades (restrição 3);

**10.3.3.** Faça constar em todas as Pastas Funcionais as declarações de bens do Diretor, Vice Diretor, e todos os servidores com Cargos Comissionados (restrição 2);

**10.3.4** Realize um levantamento dos bens patrimoniais, fixando um número de tombo nos mesmos, para um melhor controle (restrição 4).

**10.4. Determinar** à Secex - Secretaria Geral do Controle Externo que, por intermédio das comissões de inspeção *in loco* vindouras, verifique se as determinações contidas no item anterior estão sendo cumpridos;

**10.5. Determinar** à Secretaria do Tribunal Pleno que adote as providências previstas no art. 161 da Resolução 04/2002 - TCE/AM.

*Vencido o Voto-destaque Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva, o qual votou pela Irregularidade das Contas e Multa.*

**11- Ata:** 38ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 4 de Novembro de 2019

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Mario Manoel Coelho de Mello e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**

Conselheira-Presidente

**MARIO MANOEL COELHO DE MELLO**

Conselheiro Relator

**JOÃO BARROSO DE SOUZA**

Procurador-Geral